

# REVISTA MARACANAN

**Dossiê**

## **A representação escrava em *O Jornal do Pilar*: a crise do escravismo em Alagoas (1874-1876)**

*The slave representation in O Jornal do Pilar: the crisis of slavery in Alagoas  
(1874-1876)*

**Fábio Francisco de Almeida Castilho\***  
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

**Recebido em:** 2 dez. 2018.

**Aprovado em:** 15 mar. 2019.



---

\* Professor de História do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Campus Marechal Deodoro, e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfePT), Polo Maceió, do Instituto Federal de Alagoas. Doutor em História Política pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; graduado em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei. (fabiofacastilho@hotmail.com)  
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1280124410024317>

## Resumo

Este artigo problematiza o caso do escravo Francisco, condenado a morte pelo assassinato do capitão João Lima e esposa. O crime se tornou célebre pois Francisco foi o último condenado a pena capital no Brasil. Com efeito, toda a trajetória de Francisco foi documentada em *O Jornal do Pilar*. Nossa intenção é perscrutar as páginas desse periódico e acompanhar o julgamento do cativo. Para, partindo desse fato, tecer considerações sobre a representação da escravidão no mesmo jornal. Nossa intenção é entender a postura do editor, que se compadecia com o sofrimento dos escravizados, mas não abraçava a causa abolicionista. Desta forma, discutiremos a bibliografia sobre os crimes violentos cometidos por escravos e a legislação específica que previa a pena capital desde 1835. Por último, analisaremos o Censo de 1872 e os dados sobre a população escravizada, cruzando as informações qualitativas e quantitativas para compreender as transformações observadas no mundo do trabalho em Alagoas.

**Palavras-chave:** Escravidão. Periódicos. Alagoas.

## Abstract

This article problematizes the case of the Francisco slave, sentenced to death for the murder of Captain João Lima and his wife. The crime became famous because Francisco was the last one sentenced to capital punishment in Brazil. In fact, the entire trajectory of Francisco was documented in *O Jornal do Pilar*. Our intention is to search the pages of this journal and follow the trial of the captive. To start from this fact, we make considerations about the representation of slavery in the same periodical. Our intention is to understand the position of the editor, who sympathized with the suffering of the slaves, but did not embrace the abolitionist cause. In this way, we will discuss the bibliography on violent crimes committed by slaves and the specific legislation that provided for the death penalty since 1835. Finally, we will analyze the Census of 1872 and data on the enslaved population, we cross the qualitative and quantitative information to understand the transformations observed in the world of work in Alagoas.

**Keywords:** Slavery. Newspapers. Alagoas.

## Introdução

No dia 28 de abril de 1876 uma multidão estava concentrada nas principais ruas da cidade de Pilar. As pessoas aguardavam ansiosas a execução do escravo Francisco, condenado pelo assassinato de seu senhor, o capitão da Guarda Nacional João Evangelista de Lima e a esposa do mesmo, Josepha Marta de Lima. O crime ocorrera em abril de 1874 quando em uma emboscada Francisco e outros dois escravos, Prudêncio e Vicente,<sup>1</sup> assassinaram as duas vítimas. A “punição exemplar” estava prevista na legislação desde 1835, a Lei Regencial punia com a morte escravos que matassem ou ferissem gravemente seus donos ou seus familiares. A Lei fora aprovada depois das duas revoltas escravas mais violentas do país, a Revolta de Carrancas, de 1833, e a Revolta dos Malês de 1835. Calcula-se que duas mil pessoas, entre livres e escravos, compareceram à execução. Francisco percorreu as ruas de Pilar acompanhado do carrasco em um cortejo que visava amedrontar os cativos que foram levados por seus senhores para assistir à execução.<sup>2</sup> O cativo foi o último condenado à pena de morte no Brasil e sua execução marca a história de Pilar e Alagoas.<sup>3</sup>

No final do século XIX, Pilar era um dos três municípios mais relevantes da província de Alagoas. Localizada às margens da Lagoa Manguaba funcionou como importante ponto de conexão comercial entre o interior e a capital. As mercadorias que chegavam em carroças ou lombo de animais vindas do interior eram transportadas por via lacustre para a capital. Esta posição de entreposto dinamizou a vida comercial e urbana do município.<sup>4</sup> Nesse meio urbano foi que Francisco e seus comparsas tramaram a morte do capitão João Lima.

Em pesquisa realizada no Censo Nacional de 1872 encontramos que a cidade do Pilar possuía uma população total de 9.811 pessoas, das quais 8.465 eram livres (4.092 homens e 4.371 mulheres) e 1.348 eram escravos (640 homens e 708 mulheres). Sobre a população

---

<sup>1</sup> Diferentemente de Francisco os dois comparsas não foram condenados a morte. Depois da emboscada Vicente foi preso em um município vizinho e posteriormente condenado a galés perpétuas. Prudêncio, que juntamente com Francisco fugira para Pesqueiros, no interior de Pernambuco, foi morto pela polícia durante a captura. In: *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 6 jun. 1874, Editorial. O processo crime que acompanha a trajetória e condenação de Francisco é citado por Felix Lima Júnior em “A última execução judicial no Brasil”, mas não foi encontrado para consulta. Cf.: LIMA Júnior, Félix. Última Execução Judicial no Brasil. Maceió: EDUFAL, 1979.

<sup>2</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 30 abr. 1876, p.1.

<sup>3</sup> A condenação de Francisco é referendada como última pena de morte do Brasil pela historiografia local e até por uma reportagem do Senado Federal. Cf.: LIMA JÚNIOR, Félix. *Última Execução Judicial... Op. cit.* FIGUEIRA JUNIOR, Oseas Batista. Crime e castigo: Pena de morte e manutenção da ordem no Império brasileiro (1830-1876). *História e Diversidade*, Cáceres (MT), v. 9, n. 1, p. 188-202, 2018; TAVARES, Cleidson Sorrentino. O último enforcamento no Brasil. *WebArtigos*. (Site). 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-ultimo-enforcamento-no-brasil/30421>. Acesso em: 17 ago. 2018; WESTIN, Ricardo. Império usou a força para conter escravos assassinos. *Senado Notícias*, Brasília, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/imperiousou-a-forca-para-conter-escravos-assassinos>. Acesso em: 24 ago. 2018.

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. *Sæculum—Revista de História*, João Pessoa, n. 34, p. 123-142, 2016.

escravizada o documento informa que 948 indivíduos eram pretos e 402 pardos; 1.173 eram solteiros, 144 casados e 31 viúvos. De todos os escravos recenseados em Pilar, 1.283 eram nascidos no Brasil (1.277 eram alagoanos, 5 pernambucanos e 1 baiano) e 65 de outras nacionalidades. Todos os 1.348 escravos eram analfabetos, que somados aos analfabetos livres, que eram 8.009, conferiam a cidade uma taxa de 95,37% de analfabetos, número levemente superior à média nacional.<sup>5</sup>

Quando analisamos a trajetória do escravizado Francisco, devemos destacar que ele circulava nesse ambiente observado no censo, isto é, uma sociedade escravocrata, violenta e analfabeta. *O Jornal do Pilar*, de propriedade do editor Antônio Duarte Leite da Silva, advogado e poeta,<sup>6</sup> acompanhou de maneira minuciosa os primeiros momentos do crime, uma vez que o editor/proprietário era amigo da vítima. Toda a trajetória de Francisco, da captura e julgamento até a sua execução são narrados no periódico. Com efeito, durante mais de dois anos o crime e sua punição foram discutidos nos editoriais da folha com grande interesse por parte de seu redator. Neste mote, destacamos que *O Jornal do Pilar* guarda uma posição interessante quanto ao regime escravista, embora não desposasse a causa abolicionista, em franca expansão no país, o periódico apresentava uma visão curiosa acerca da escravidão, pois apoiava a existência do regime, mas combatia duramente a violência desnecessária e as punições físicas mais cruéis, assumindo diversas vezes um discurso de tom solidário e de defesa dos cativos. A polêmica marcou a trajetória do próprio periódico e de seu editor, pois, Antônio Duarte entrou em disputa com autoridades locais ao questionar nas páginas de seu periódico o castigo físico dos cativos. O resultado foi o empastelamento de sua tipografia e a expulsão do editor da cidade de Pilar, condenando assim a existência do periódico.

### **Escravidão e violência: As revoltas escravas e a Lei Nefanda de 1835**

De acordo com Silvia Lara, falar em escravidão é falar por si só em um regime violento. Sem o direito à liberdade o escravo estava sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras pudesse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e as violências cometidas contra os senhores, no entanto, outros atos dos cativos também poderiam demonstrar sua insatisfação.<sup>7</sup>

Ao longo das últimas décadas uma extensa bibliografia se debruçou sobre o tema da escravidão no país. Tal bibliografia enfatizou a subjetividade da mão de obra escrava, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do escravo-coisa, visto como simples

---

<sup>5</sup> Censo Nacional 1872. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em: 23 maio 2018.

<sup>6</sup> Sobre a biografia de Antônio Duarte, cf.: Blake, A. V. A. Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p176. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 10 jul. 2019.

<sup>7</sup> LARA, Silvia H. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (MG), v. 3, n. 1, p. 215-244, 1992.

mercadoria e teve como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de constantes negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia.<sup>8</sup> Trabalhos mais recentes têm demonstrado a participação dos cativos no processo de conquista da liberdade, ou, ao menos, procurado desvendar aspectos do cotidiano que denotam a constante negociação que os escravizados estabeleciam com seus senhores. São atos de revolta, fugas, assassinatos, mas também de negociação, como casamentos, busca de vantagens econômicas e outras estratégias que tem corroborado com a historiografia já consolidada que assinalou a clara participação dos cativos nos ganhos auferidos e a sua condição de agentes históricos, negociadores e jamais simples “coisas”.<sup>9</sup> Dentro dessa temática nosso escopo foi o de analisar a representação escrava diante de um crime de duplo assassinato que chocou a sociedade alagoana e teve como ápice dos acontecimentos a execução por enforcamento do cativo assassino.

Com efeito, a violência presente no escravismo é tema comumente visitado pela historiografia. Trabalhos seminais como os de Lara e Gorender debateram a crueldade do regime.<sup>10</sup> Por esta senda, outros autores, como Kowarick, Schwarcz e Azevedo, buscaram entender como a violência e o medo despertava a atenção das elites políticas do país e a questão do controle da população cativa tornou-se tema central do Brasil Império.<sup>11</sup> Por último, temos os trabalhos de pesquisadores que se debruçaram especificamente sobre alguma revolta para compreender as particularidades de cada movimento, caso dos trabalhos de Reis e Andrade, sobre a Revolta do Malês na Bahia e a Revolta de Carrancas em Minas

---

<sup>8</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; FLORENTINO, M.; MACHADO, C. *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; EDUSP, 1994; MACHADO, M. H. P. T. *Crime e escravidão: Trabalho, lar e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1997; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidade de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; PINAUD, João Luiz et al. *Insurreição negra e Justiça*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; OAB-RJ, 1987; GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – Minas Gerais, 1828-1928). São Paulo; Juiz de Fora: Annablume; FUNALFA, 2006.

<sup>9</sup> Cf.: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (orgs.). *Tornando-se livre: agentes e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Ed. USP, 2015; TEIXEIRA, Luana. “Atrevidos e belicosos”: escravos de engenho no comércio interprovincial na década de 1870. *Revista Brasileira de História*, v. 38, n. 79, 2018.

<sup>10</sup> LARA, Silvia H. *Escravidão no Brasil... Op. cit.*; GORENDER, J. A. *Escravidão reabilitada*. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (MG), v. 3, n. 1, p. 245-266, 1992.

<sup>11</sup> KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987; SCHWARCZ, Lilian Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

Gerais, respectivamente.<sup>12</sup> Como a legislação que resultou na execução de Francisco guarda profundas relações com essas duas revoltas, destacamos alguns pontos dessa bibliografia com a finalidade de melhor entender a origem da “Lei Nefanda”.

João José Reis estudou a Revolta dos Malês, movimento que ocorreu em 25 de janeiro de 1835. Segundo o autor, a revolta envolveu mais de uma centena de homens e ocorreu em um meio urbano, na cidade de Salvador, tendo início quando dezenas de rebeldes tomaram a Câmara Municipal, que também funcionava como prisão, para libertarem o escravo Pacífico Licutan.

Segundo João José Reis, a Revolta deixou a cidade em polvorosa, tendo sido sufocada com a morte de mais de 70 rebeldes. A partir desse episódio, o medo de novo levante se instalou durante muitos anos e foi difundido por demais províncias do Império. Jornais repercutiam o caso com enorme atenção e publicavam, principalmente na capital Rio de Janeiro, medidas para combater a rebeldia do elemento servil. De acordo com Reis, a partir da Revolta dos Malês, as autoridades, em âmbito nacional, submeteram a população africana a uma vigilância cuidadosa e por muitas vezes a uma repressão abusiva. Para o autor, a grande dificuldade das autoridades era equacionar a subserviência dessa grande população africana e seus descendentes ao trabalho compulsório, mantendo a ordem e a produção agrícola em grande escala. Desafio colocado para a elite dirigente nacional, não apenas baiana.<sup>13</sup>

Outro levante com enorme repercussão na década de 1830 foi a Revolta de Carrancas, estudada por Marcus Andrade. O autor relata a história da maior rebelião escrava que ocorreu em Minas Gerais, nas fazendas da família Junqueira localizada na freguesia de Carrancas, Comarca do Rio das Mortes, região estratégica para o comércio que ligava Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>14</sup>

Com análise dos autos do processo crime, Andrade narra a violência e os momentos decisivos da rebelião, destacando o horror vivido naquelas plagas. Desta forma, no dia 13 de maio de 1833, os escravos assassinaram todos os brancos que se encontravam nas fazendas da família Junqueira, quando um grupo de mais de 30 escravos “massacraram com inaudita crueldade os membros da família”.<sup>15</sup> O autor descreve o assassinato brutal do proprietário, além da violência empregada no homicídio das mulheres e crianças da família que habitavam as fazendas Campo Alegre e Bela Cruz:

---

<sup>12</sup> REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. A história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; ANDRADE, M. F. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; ANDRADE, M. F. Rebelião escrava e política na década de 1830: o impacto da Revolta de Carrancas. *Anais do [...] VI Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Florianópolis, 2013, p. 1-16. ANDRADE, M. F. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da “lei nefanda” (10 de junho de 1835). *Tempo*, v. 23, n. 2, p. 264-289, 2017.

<sup>13</sup> REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil... Op. cit.*

<sup>14</sup> ANDRADE, M. F. *Elites Regionais e... Op. cit.*

<sup>15</sup> ANDRADE, M. F. *Rebelião escrava e... Op. cit.*, p. 6.

Os escravos invadiram a casa grande de seus senhores, investindo diretamente contra José Francisco Junqueira, sua mulher, Antônia Maria de Jesus, que se recolheram rapidamente e se trancaram num quarto. O escravo Antônio Retireiro buscou um machado na senzala [...] depois de arrobarem a porta do quarto, Antônio Retireiro, com a arma que tinha na mão, disparou na face de seu senhor, ficando mortalmente ferido e ainda teve que sofrer muitos maiores tormentos, com sua mulher, filha, e neta, os quais foram massacrados com inaudita crueldade [...]. No auto de corpo de delito consta que a mulher de José Francisco Junqueira além de apresentar ferimentos no rosto, coro cabeludo e grande efusão de sangue também se encontrava bastante ensanguentada da cintura para baixo, causando certo constrangimento as testemunhas, impedindo que desse prosseguimento ao exame.

Ana Cândida da Costa (cunhada do proprietário) foi morta a golpes de foice e cacetadas no quintal da dita fazenda [...] o estado em que foi encontrada era lastimável, pois sua cabeça e rosto estavam irreconhecíveis e não se achava unida ao corpo. O menino José e a menina Antônia foram mortos pelos escravos e a criança de peito, o crioulo Quintiliano (um dos chefes da revolta) mandou lançar no cubo do moinho.<sup>16</sup>

De acordo com Andrade, a crueldade com que foram executadas as mortes certamente contribuiu para extremar o pavor em relação às rebeliões escravas, reforçar os mecanismos de controle e repressão e revelar o caráter aterrador da violência coletiva em si. O clima de terror atingiu toda a região merecendo maior empenho das autoridades e proprietários da província mineira. Os escravos rebeldes de Carrancas foram punidos, sendo que 16 deles foram condenados a pena de morte por enforcamento e executados em praça pública na vila de São João del Rei.

Os acontecimentos de Carrancas aterrorizaram não só os proprietários mineiros, como também as regiões limítrofes à Comarca do Rio das Mortes. No dia 10 de junho de 1833, durante o governo Regencial, foi enviado a Câmara dos Deputados um projeto referente ao julgamento de crimes cometidos por escravos. Segundo Andrade, esse projeto tem ligação direta com os acontecimentos de Carrancas que foi amplamente discutido na Câmara e no Senado e antecipava em muitos pontos o texto da "Lei Nefanda" de 10 de junho de 1835, que estabeleceu a pena de morte para escravos envolvidos no assassinato de seus senhores, familiares e prepostos. No projeto de 1833 previa-se a supressão do júri para julgamento de crimes dessa natureza, sendo substituído por uma junta de juízes de paz da região onde ocorresse o crime. Desta forma, a Lei Regencial que previa a execução de cativos que matassem ou ferissem seus senhores foi aprovada em 1835 e teve como principal motivo o massacre ocorrido em Carrancas dois anos antes. A Lei foi decretada em maio, poucos meses depois da Revolta dos Malês, que ocorreu em janeiro de 1835 e também pode ter antecipado a aprovação da lei. Quarenta anos depois, a Lei Nefanda seria colocada em prática pela última vez para condenar a morte o escravo Francisco por enforcamento em Pilar, Alagoas:

Julgamento dos réus Francisco e Vicente, indigitados assassinos do capitão João de Lima e sua Mulher – Nos dias 17 e 18 do corrente, em sessão extraordinária, foram julgados os réus Francisco e Vicente, Presidiu as sessões o exm. Snr. Dr. Pedro Antonio da C. Moreira, e foi advogado da defesa snr. Bacharel João Gomes

---

<sup>16</sup> ANDRADE, M. F. *Rebelião escrava e... Op. cit.*, p. 8.

Junior. Os réus foram condenados a pena última, art. 271 do cod. Crim, e lei de 10 de Junho de 1835, art. 1.<sup>17</sup>

## A trajetória de Francisco na narrativa de Antônio Duarte Leite da Silva

Os estudiosos que utilizam os periódicos como sua principal fonte de pesquisa podem contar atualmente com uma excelente ferramenta que em muito facilita o acesso a um grande volume de documentos, trata-se da *Hemeroteca Digital Brasileira*, um portal de periódicos nacionais disponibilizados pela Fundação Biblioteca Nacional que nos proporciona fácil consulta, pela internet, ao seu amplo acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins, relatórios e publicações seriadas.<sup>18</sup>

*O Jornal de Pilar* acompanhou todo o processo de julgamento de Francisco até sua execução. Além disso, a coleção do periódico está completa no acervo da Hemeroteca Nacional, neste portal temos acesso a todas as edições do periódico num total de 240 edições que cobre o período que se estende de janeiro de 1874 a outubro de 1879. O periódico era editado semanalmente e possibilita uma visão acurada das discussões acerca do crime e do posterior julgamento do escravo Francisco. Destacamos também a posição do editor Duarte Leite que ao posicionar-se contra a prática de punições violentas contra os cativos teria seu jornal empastelado e teve de ausentar-se do município em 1879.

De acordo com Antônio Nóvoa, é difícil encontrar qualquer outro *corpus* documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as decepções e as utopias de qualquer período em enfoque. Para o autor, as páginas dos periódicos revelam as questões essenciais que atravessam o objeto em estudo porque a escrita jornalística, na maioria das vezes, ainda não foi depurada das “imperfeições do cotidiano” e permite, por esse motivo, leituras que outras fontes não autorizam.<sup>19</sup>

Metodologicamente, uma série de cuidados específicos deve ser tomada quando se utiliza a imprensa periodista como fonte histórica. Teremos como base a pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na

---

<sup>17</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 24 ago. 1874, p.1.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

<sup>19</sup> NÓVOA, A. Prefácio. In: MONARCHA, Carlos (org.). *História da educação brasileira*. Formação do campo. Apud LAGE, A. C. P. *A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

construção do sentido.<sup>20</sup> Desta forma, o jornalismo não tem a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. A representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Assim, os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características e essas alegorias são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos.<sup>21</sup>

No que diz respeito à descrição de Francisco e o crime praticado pelo mesmo, encontramos uma narrativa que se modifica constantemente desde o anúncio do crime, em abril de 1874, até a execução do condenado em maio de 1876.

Ao analisar as edições do periódico *O Jornal do Pilar*, percebemos que os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fugiam e eram procurados por seus senhores ou quando praticavam crimes.<sup>22</sup> Temos no caso do escravo Francisco um fato de grande destaque, o cativo é representado nas páginas do periódico como um “monstro feroz e perverso”. Seu crime é descrito como um ato de “brutalidade e selvageria” e seu caráter de uma “natureza cruel”. Segundo o editor, Francisco possuía uma “inteligência de demônio” além de ser “selvagem”, “desalmado” e “como uma fera, farejava sangue”.<sup>23</sup> Por outro lado, no momento da sua captura o mesmo personagem foi descrito como covarde, frouxo e submisso:

Francisco, o outro assassino, portou-se covardemente por essa ocasião, alma sobremaneira acanhada, pequeno molde em que se vasa a frouxidão de um gênio miserável, em vista dos agentes da polícia, caiu por terra, implorando perdão, e jurando não ter tomado parte e nem saber dos assassinatos do capitão João de Lima e sua mulher!  
Cínico e perverso! O medo que lhe infundia a enormidade de seu crime, visto de perto, ao sentir que se aproximava de si a espada vingadora da justiça, trêmulo e suplicante, ei-lo a lamber as plantas dos pés de quem tinham em seu poder, preso incapaz de qualquer ação!<sup>24</sup>

Embora também use os adjetivos “cínico e perverso” todas as notícias relacionadas à captura e prisão de Francisco constroem a imagem de um sujeito inerte e poltrão. Vale destacar, que de acordo com a bibliografia especializada, era comum escravos criminosos e homicidas se entregarem imediatamente as autoridades. Isso ocorria porque a vida na prisão poderia ser menos penosa que a vida na senzala, e, mais ainda, por medo de serem linchados

---

<sup>20</sup> PALHA, Cássia L. *Mídia e participação política: a pedagogia da desmobilização popular*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

<sup>21</sup> MELO, J. M. *Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

<sup>22</sup> CASTILHO, F. F. A. Escravidão e violência: Crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do XIX em uma perspectiva da prática do jaguncismo. *OPISIS*, Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), n. 18, v.2, p. 241-253, 2018.

<sup>23</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 11 jun. 1874, p. 2.

<sup>24</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 6 jul. 1874, Editorial, p. 1.

ou apedrejados pela população livre.<sup>25</sup> Queiroz descreve o caso do escravo Nazário, em episódio destacado pela historiografia, o cativo assassinou seu senhor e toda a família do mesmo no interior de São Paulo e entregou-se imediatamente a delegacia municipal, no entanto, a população de Itu arrancou o escravo da prisão e o apedrejou até expirar, arrastando seu corpo pelas ruas da cidade.<sup>26</sup> Com efeito, os crimes envolvendo escravos multiplicavam-se por todo país e davam a dimensão da crise do escravismo, pois diante das transformações no mundo do trabalho era preciso encontrar um papel para a mão de obra nacional e a mesma deveria ser controlada e mantida dentro da ordem.

Finalmente, quando Francisco encontra-se no cárcere, às vésperas de sua execução, foi descrito pelo editor Antônio Duarte como submisso, indiferente e paciente.

Francisco, que aqui chegara no dia 24 do corrente no meio de 32 praças de linha comandados pelo tenente Hermes Correa e Moraes, oficial do exército, e acompanhado de um galé que lhe serviu de carrasco, uma figura de verdadeiro assassino, posto à disposição do sr. Dr. Juiz Municipal, com todas as formalidades do estilo, este mandou-o recolher à cadeia desta cidade onde depois de dois dias de sua chegada foi confessado, mostrando sempre neste espaço de tempo bastante calma e quase indiferentismo.<sup>27</sup>

No relato do dia da execução de Francisco, o editor insiste por diversas vezes no estado de calma e aparente indiferença de Francisco, durante as refeições, sono e visita eclesiástica. O editor explica que ao longo do percurso percorrido o condenado orou nas Igrejas do Rosário e São Benedito. Menciona ainda que durante o trajeto o Oficial de Justiça fez a leitura da sentença em diversos trechos do caminho.

Com efeito, indicamos como a visão do editor sobre Francisco vai se transformando ao longo do tempo e se adequando as necessidades da narrativa em construção. No primeiro momento, quando o crime foi anunciado pela primeira vez em abril de 1874, Francisco foi apresentado como uma besta fera, perversa e fria. Meses depois, durante sua captura, o mesmo personagem é apresentado como um covarde, simplesmente por não ter reagido à captura. Diferente do seu comparsa, Severino que foi morto na oportunidade por tentar reagir à prisão.<sup>28</sup> Em um terceiro momento, já durante sua execução em maio de 1876, os adjetivos para descrever Francisco mudam mais uma vez e o condenado é apresentado como pacífico e conformado com a sua pena. Reforçamos que as escolhas de adjetivação são empregadas pelo editor de acordo com a narrativa que ele pretende construir, evidenciando a importância de se

---

<sup>25</sup> CASTILHO, F. F. A. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG); PIROLA, Ricardo. A Lei de Lynch no ocaso da escravidão: linchamentos, justiça e polícia (1878-1888). In: OSÓRIO, H.; XAVIER, R. C. L. *Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018.

<sup>26</sup> QUEIROZ, Jonas Marçal. Escravidão, crime e poder: a "rebeldia negra" e o processo político da abolição. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa (PR), v. 13, n. 2, p. 7-45, 2009.

<sup>27</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 30 abr. 1876, p. 1.

<sup>28</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 6 jul. 1874, Editorial, p. 1.

analisar a representação escrava nos periódicos locais em um viés de questionamento e contestação.

## A representação escrava nas páginas de *O Jornal do Pilar*

Ao perscrutarmos as edições de *O Jornal do Pilar*, além dos editoriais sobre a condenação e execução de Francisco, encontramos dezenas de notícias sobre o cotidiano dos escravizados no município e região, especialmente notícias que revelam o posicionamento do editor Antônio Duarte Leite da Silva quanto à crise do escravismo e as transformações observadas no mundo do trabalho ao final do século XIX.<sup>29</sup> Destacamos esse posicionamento com intuito de entender a representação dos escravos no interior de Alagoas e como sua presença afetava a visão de mundo do editor, que se preocupava ora com a segurança pública e ora com o sofrimento imposto aos cativos.

Por esta senda, nosso objetivo foi o de desvelar a visão do editor Antônio Duarte Leite da Silva acerca da escravidão. Neste sentido, destacamos, em um primeiro momento, a preocupação do editor com a segurança pública. O tema era sempre apresentado de maneira associada aos cativos e/ou ex-escravos e o editor, em diversas oportunidades, rogou por maior controle e ação das autoridades policiais. Percebemos nesses exemplos que mesmo atividades corriqueiras, como crianças de cor brincando nas ruas, era visto como grande ameaça para a segurança e tranquilidade pública. Ao mesmo tempo, a descrição da movimentação de grupos de homens negros, apresentados como malfeitores, circulando no bairro Tabuleiro, em Pilar, era noticiada com grande pavor:

Providências: Pedimos aos srs delegado e subdelegado de polícia queiram providenciar a respeito de uns grupos de negros e moleques reunidos todas as noites as portas de estabelecimentos a rua do Cravo soltando buscapés e fazendo grande algazarra.

O uso do buscapé não é permitido por postura da câmara municipal, *maximé* presentemente, fora de tempo, para que não penetrem em alguma casa comercial e façam deploráveis estragos.<sup>30</sup>

A cada instante espera-se alguma desgraça, pois a impunidade em que vivem, por aqui, os malfeitores, não pode deixar de trazer consigo funestas consequências. Pessoa fidedigna comunica-nos que no tabuleiro vagueiam uns doze negros fugidos, armados de foice e chuço e, até o presente, ainda nenhum sinal de vida tem dado a polícia da localidade! E com razão, por isso que sendo, como é resumido o destacamento daqui, bem mal guarda as portas da cadeia!<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Sobre os estertores do escravismo e a criminalidade praticada por cativos, cf.: MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na...* *Op. cit.*; MACHADO, M. H. P. T. *Crime e escravidão...* *Op. cit.*; AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo...* *Op. cit.*; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas...* *Op. cit.*; PINAUD, João Luiz et al. *Insurreição negra e...* *Op. cit.*; GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de...* *Op. cit.*

<sup>30</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 11 jun. 1874, p. 2.

<sup>31</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 2 jun. 1874, p. 1.

A preocupação e o clima de medo instaurado nas páginas do periódico ecoavam os Relatórios dos Presidentes de Província do mesmo período, pois Alagoas e outras províncias do Nordeste encontravam-se em sobressalto devido aos recentes levantes sociais conhecidos como a Revolta do Quebra-Quilos.

De acordo com pesquisa realizada no Relatório Anual do Presidente Provincial Vieira de Araújo, o contexto no interior de Alagoas estava marcado por tensões e movimentos de turbulência social. No fim do ano de 1874 e início de 1875, uma "grande desordem" teria tomado conta de Alagoas. Movimentos originados na província da Paraíba e que haviam se expandido a Pernambuco e Alagoas ameaçavam o sossego e colocavam em sobressalto a população. Diante do agravamento dos levantes o poder público teve de apelar para o governo imperial intervir e reestabelecer a ordem e tranquilidade pública. As autoridades aumentaram a concentração policial nos pontos limítrofes de Pernambuco e reforçaram o efetivo em municípios e vilas de Alagoas, como em Porto Calvo, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Atalaia, Imperatriz e Lage do Canhoto, tidos como pontos estratégicos para controle e pacificação do território provincial.<sup>32</sup>

O movimento alertado pelo Presidente de Província no Relatório do Biênio 1874 e 1875 ficaria conhecido como a "Revolta dos quebra-quilos", levante social que mobilizou parte da população das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Desta forma, em desagrado com a utilização do novo sistema de pesos e medidas os manifestantes destruíram instrumentos de medição em feiras locais e invadiram as coletorias, Câmaras Municipais e cartórios para destruírem documentos ali existentes, como listas de impostos, hipotecas etc. Além de invadirem também as cadeias para soltar os presos. Estas manifestações foram amplamente combatidas pelas autoridades alagoanas.

De acordo com Geraldo Joffily, neste momento podemos perceber no país a tentativa do governo imperial em modernizar o Brasil. Essa tentativa surgiu a partir da necessidade de colocar a recém-criada nação à altura das nações europeias, ditas civilizadas. No entanto, um grande obstáculo se pôs nesse caminho, já que o Brasil ainda concentrava a maior parte de suas riquezas na área rural e também concentrava a grande maioria da população de escravos e homens livres e pobres nessas regiões, fazendo dos grandes latifundiários os donos do poder e possuidores de terra e de gente. Diante da imposição do novo sistema métrico decimal, vários grupos de homens livres e pobres se levantaram contra o governo imperial. O autor aponta para a importância de se conhecer as causas das revoltas, assim como sua importância como manifestação popular contra as instituições governamentais, seus aspectos econômicos e sociais no meio rural nas últimas décadas do Império.<sup>33</sup>

Destacamos que as conturbações populares relatadas pelo Presidente de Província e analisadas por Joffily devem ser redimensionadas quando trazemos à tona o final das relações

---

<sup>32</sup> Relatório do Presidente de Província João Vieira Araújo. [S.l.]: [s.n.], 1875, p. 26.

<sup>33</sup> JOFFILY, Geraldo Irenêo. O quebra-quilo: A revolta dos matutos contra os doutores (1874). *Revista de História*, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 69-145, 1976.

escravistas e a crise da transição da mão de obra. Esses levantes ocorreram nas feiras e praças públicas, ambiente por onde circulavam os cativos cotidianamente e os mesmos poderiam aderir à revolta popular, agravando os problemas da complexa relação escravista que aos poucos desaparecia no país. A sociedade alagoana precisava se adaptar à nova organização do trabalho e essa crise trazia dúvidas e incertezas para os proprietários, para as autoridades, para os comerciantes e para a população escravizada.

Por esta senda, Luciano Lima procurou decifrar a participação de escravos na revolta de quebra quilos que se originou em Campina Grande e se estendeu por várias vilas e municípios em quatro províncias diferentes entre os anos de 1874 e 1875. O autor destaca que a participação dos escravizados na eclosão desse movimento explicita a insatisfação dos sujeitos com o cativo e com o tráfico interprovincial. Acima de tudo, lutavam para “preservar, alargar e conquistar a liberdade”.<sup>34</sup>

A desordem social descrita nos relatórios e que tanto preocupava as autoridades alagoanas está intimamente relacionada com o período final do escravismo, a tensão era causada pelas incertezas provocadas pela insegurança gerada quanto à nova organização do mundo do trabalho no país e na província. No mesmo período pululavam nas páginas dos periódicos locais notícias de fugas e crimes violentos praticados por cativos intensificando a sensação de medo e insegurança.

Tal preocupação fica evidenciada quando os editoriais dos periódicos exigiam das autoridades medidas que pudessem garantir a segurança, preocupando-se principalmente, com a circulação de negros e cativos no interior da província, regiões desguarnecidas, segundo a opinião dos editores. Conforme pudemos observar em notícias e editoriais de Antônio Duarte citados acima.

Com efeito, o que mais incomodava o editor de *O Jornal do Pilar* era a circulação de pessoas de outra cor. Em obra clássica da historiografia, “*Onda negra, medo branco*”, Célia Maria Marinho Azevedo discutiu a emergência de uma “onda negra” e o conseqüente “medo branco” como aspectos fundamentais do imaginário do Brasil imperial, principalmente nas grandes lavouras. A constante preocupação de insurreições escravas colocava aquela sociedade em constante estado de tensão e alerta.<sup>35</sup> Apontamos elementos desta mesma tensão para o interior de Alagoas, distante dos centros urbanos e sem uma estrutura que garantisse a segurança, Antônio Duarte, repetidas vezes, requisitou o aumento do efetivo policial em Pilar, dentre outras medidas de maior controle da população.

Outro ponto a ser realçado nas páginas de *O Jornal do Pilar* é o posicionamento dúbio do editor Antônio Duarte quanto ao final do escravismo. Aparentemente Antônio Duarte se condoía com o sofrimento dos escravizados e exigia das autoridades locais e proprietários um

---

<sup>34</sup> LIMA, Luciano Mendonça de. Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

<sup>35</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo... Op. cit.*

tratamento mais humano aos cativos. No entanto, o editor jamais desfraldou nas páginas de seu periódico a bandeira abolicionista uma vez que utilizava as folhas do seu jornal para anunciar a venda de escravos e a procura de escravos fugidos. Destacamos essa postura do editor, embora não houvesse nada de incomum ou “incoerente” um jornal liberal conter anúncios de fuga e de compra e venda de escravos no Brasil oitocentista.<sup>36</sup>

Desta forma, destacamos a grande quantidade de anúncios de compra e venda de escravos veiculados no periódico *O Jornal do Pilar*. Nos chama a atenção o fato de que, por diversas vezes, a própria sede da tipografia servia como ponto de encontro e local para maiores esclarecimentos sobre os anúncios, ou seja, existia, muito provavelmente, certa relação de proximidade do editor e o grupo de escravocratas da região.

**AMA:** Precisa-se de uma para casa de moços solteiros. Prefere-se que seja escrava, a tratar nesta typographia.<sup>37</sup>

**ES CRAVA:** Nesta typografia se dirá quem compra uma escrava sadia, de 22 a 24 anos de idade.<sup>38</sup>

**ANNUNCIOS:** Vende-se uma escrava robusta, bonita figura, bons costumes e habituada a serviços do campo. A pessoa pretender dirija-se a esta typographia que saberá a quem deve se dirigir.<sup>39</sup>

Embora exista um grande número de anúncios de compra, venda e fuga de escravos no periódico *O Jornal do Pilar*, condição suficiente para enquadrá-lo como escravocrata, como bem explica Gilberto Freyre,<sup>40</sup> outra característica do periódico nos desperta a atenção. Por diversas vezes o editor Antônio Duarte assume um discurso de compadecimento e solidariedade devido ao sofrimento imposto aos escravizados. Por diversas vezes o editor se posicionou contra a prática de castigos físicos e excessos observados na freguesia do Pilar praticados por proprietários com poderes análogos a de um sultanato, na opinião do Antônio Duarte:

O exame de absurdos atos de que o escravo é alvo, queremos destacar o seguinte, apelando, desde já, para o bom senso das autoridades, afim de que não se faça esperar por mais tempo o remédio necessário. [...] É princípio de direito, estampado nas páginas de nosso código que não haverá crime, sem uma lei anterior que o qualifique. Baseado no qual, vamos saber o motivo porque certos senhores mandam para as cadeias públicas os seus escravos isto com fim de serem surrados com o maior escândalo, para punir, às vezes, nesses pobres sem sorte [...] De baixo de que princípio pode um senhor mandar surrar um escravo na cadeia? Debaixo de que princípio autoridade cumpre esse mandado? Que bárbaro costume esse, sem fundamento que o justifique, consta-me que faz

<sup>36</sup> Cf.: CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>37</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 2 fev. 1874, p. 4.

<sup>38</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 13 jan. 1874, p. 4.

<sup>39</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 10 out. 1874, p. 4.

<sup>40</sup> FREIRE, G. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional, 1979.

do possuidor de escravos um sultão. Da autoridade policial o mero instrumento de paixões alheias.<sup>41</sup>

Com efeito, em diferentes passagens do periódico o editor se condoía com o sofrimento ao quais os escravizados estavam submetidos.

Uma página negra – Há dias deparamos em uma das ruas desta cidade com um espetáculo contristador! Duas mulheres de cor abraçavam-se estreitamente e choravam com amargura indefinível. Era uma cena de condoer [...] perguntamos a um amigo o que originava aquela cena lutuosa? [...] aquelas duas mulheres são mãe e filha, ambas escravas. Ha muitos anos que servem com dedicação ao seu senhor, que acaba de premiar-lhes os bons serviços, separando-as agora com tamanha crueldade [...] a filha foi vendida a um comprador de escravos em distante província [...]. Como tem de breve partir para servir a seu novo dono, faz a derradeira despedida a sua mãe.<sup>42</sup>

Esta característica solidária, embora não abolicionista, confere especificidade à visão do editor Antônio Duarte e ajuda a entender o complexo quadro de ocaso do escravismo no Brasil e em Alagoas. O ponto de vista apresentado nas páginas de *O Jornal do Pilar* por seu editor tem elementos incoerentes, pois embora reconheça aspectos bárbaros da escravidão nunca abraçou a causa abolicionista e não conseguiu sugerir nenhuma solução para a crise do escravismo.

Com efeito, um anúncio reproduzido nas páginas do periódico corrobora para problematizarmos a complexidade presente no processo de transição da mão de obra em Alagoas e o papel que os ex-escravos deveriam desempenhar nesse cenário:

ATENÇÃO Na oficina de funileiro de AVELINO LEANDRO DE BARROS aceita-se aprendizes, livres e escravos, nas condições seguintes: De 10 a 14 anos de idade terão o ensino grátis se frequentarem a oficina durante o espaço de 5 anos. Os de 14 a 18 anos, terão o mesmo ensino, frequentando somente 3 anos. Os aprendizes que quiserem ter a mesma sciencia em pouco tempo, sem a sujeição dos prazos acima mencionados pagarão por mez 10\$000 reis se trabalharem com os materiais do mestre, proprietário de dita oficina; e os quiserem ter apenas o ensino, tralhando em seus materiais pagarão 20\$000 mensal. Todos os aprendizes de qualquer condição terão lições de pintura, além do ensino primitivo. Na oficina não haverá exercício algum nos dias privados pela igreja, pelo que será destinado o dia de sábado para os aprendizes e officiaes trabalharem em seus materiais para seus interesses; mas quando esse dia for santificado, será prohibido o trabalho. Pilar 12 de novembro de 1874. Avelino Leandro de Barros.<sup>43</sup>

A proposta de aprender um novo ofício enquanto trabalha gratuitamente e ordeiramente sintetiza a visão das elites nacionais sobre o trabalhador, e como este deveria comportar-se pacientemente enquanto as elites sonhavam com um progresso material e de infraestrutura que colocariam o país no mapa das nações desenvolvidas.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 17 mar. 1874, p. 1.

<sup>42</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 2 jun. 1874, p. 2.

<sup>43</sup> *O Jornal do Pilar*, Pilar (AL), 16 nov. 1874, p. 4.

<sup>44</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças... Op. cit.*

Anúncios como o reproduzido acima se relacionam diretamente com o contexto geral apresentado pelo Censo de 1872. Pois, ao confrontarmos as duas fontes, observamos que, de fato, eram pouquíssimos os escravos especializados em tarefas que exigiam maior conhecimento técnico de qualquer profissão (Cf.: **Tabela 2**).

O Censo de 1872 informa a distribuição etária da escravaria, como podemos ver na **Tabela 1**, a população escrava de Pilar era formada por uma maioria jovem e também já se pode observar os efeitos da Lei do Ventre Livre aprovada no ano anterior. A preocupação com o recenseamento detalhado da população jovem desvela a apreensão das elites em ocupar a população escravizada, questão que se tornaria ainda mais urgente no cenário de pós-abolição.

**Tabela 1** - Distribuição Etária dos Escravos em Pilar, Censo 1872.

Idade	Quantidade
1 a 12 meses	0
1 a 5 anos	138
6 a 10 anos	170
11 a 15 anos	145
16 a 20 anos	174
21 a 25 anos	153
26 a 30 anos	156
31 a 40 anos	180
41 a 50 anos	129
51 a 60 anos	68
61 a 70 anos	30
71 a 80 anos	04
81 a 90 anos	01

Fonte: Elaborada a partir do Censo Nacional 1872, disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso 23 maio 2018.

A ocupação dessa parcela jovem da população, tanto de escravos como de livres pobres, tornou-se a preocupação central das elites nacionais que temiam o avanço da vadiagem e o aumento do número de desocupados.<sup>45</sup> Na **Tabela 2**, observamos a ocupação dos escravos que majoritariamente trabalhavam na agricultura ou nos serviços domésticos enquanto poucos escravos realizavam algum trabalho manual mais especializado, como pedreiro ou carpinteiro. Por outro lado, destacamos na questão de gênero a presença de 36 costureiras na cidade.

<sup>45</sup> KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem...* Op. cit.

**Tabela 2** - Distribuição de ocupações dos escravos em Pilar, Censo 1872.

Ocupação	Homens	Mulheres	Total
Agricultores	220	221	431
Profissional manual de vestuário	1	0	1
Profissional manual de edificações	10	0	10
Profissional manual de madeira	2	0	02
Profissional manual de costura	0	36	36
Criados ou jornaleiros	8	9	17
Serviços domésticos	286	262	548

Fonte: Elaborada a partir do Censo Nacional 1872, disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em: 23 maio 2018.

Por último, tentamos questionar a visão mais comum sobre o Brasil do século XIX e a sua imagem de um país habitado por milhões de escravos ocupados majoritariamente no trabalho agrícola ou doméstico. Destacamos que essa situação não deva ser generalizada para todo país, a partir de pesquisas realizadas na província de Alagoas observamos escravos desenvolvendo suas atividades em diferentes áreas. Indo um pouco além, no contexto de transição da mão de obra era preciso pensar os filhos dessa população pobre e recém liberta. Para determinados setores da elite nacional era preciso educar esses indivíduos para que não se tornassem maltas de vadios e desocupados.<sup>46</sup> Em Alagoas, a escola Aprendizado Agrícola de Satuba, patrocinada pela Sociedade de Agricultura Alagoana, foi criada em 1905 com o intuito de capacitar essa população nas técnicas voltadas para agricultura, em especial, para atividades relacionadas às usinas canavieiras e a cultura da cana-de-açúcar.<sup>47</sup> Pouco alterando o estilo de vida da geração de trabalhadores livres e pobres. O estudo dessas relações, em especial a capacitação e formação da população recém liberta, na passagem do século XIX para o XX, se faz urgente para entendermos o complexo quadro de formação do Brasil no final da escravidão e no período imediato de pós-abolição.

## Considerações Finais

Os eventos noticiados nos periódicos de finais do XIX suscitam maiores questões do que oferecem respostas. No nosso exemplo, os motivos do escravo Francisco e seus comparsas que praticaram os assassinatos não são esclarecidos. Os cativos são sempre apresentados

<sup>46</sup> KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem...* Op. cit.

<sup>47</sup> NUNES, G. V. A. L. *A interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas: o campus Murici*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas) – Centro Universitário Tiradentes, Maceió.

como bestas-feras que agem instintivamente. No entanto, por detrás da narrativa construída pelos editores pode-se desvelar um quadro muito mais complexo das relações escravistas. Desta forma, procuramos averiguar o emaranhado das relações entre senhores e escravos e as muitas outras maneiras de relacionamento que advieram com a progressiva extinção da escravidão no mundo do trabalho, inclusive no momento de pós-abolição. Embora na maioria das notícias os escravos não apareçam como sujeitos históricos, devemos buscar este viés, esmiuçando a notícia e buscando compreender os aspectos de resistência.

FUGIU no dia 24 de Janeiro próximo a escrava Carlota, parda bem clara, altura regular, seca de corpo, cabelos anelados, idade 26 anos, segundo consta. Foi seduzida e seguiu em companhia do seu sedutor Proethegio Barros Universo, pardo, baixo, bem moço, chapéu de chile, foi praça de exército, vai munido de uma escusa. Roga-se qualquer autoridade ou capitão de campo [ilegível] da dita escrava, o seu regresso para esta capital a ser entregue a sua senhora, D. Maria Sophia de Conceição que promete recompensar generosamente.<sup>48</sup>

A análise dos periódicos locais permite a percepção da autonomia dos escravizados, mesmo com a redação dos editores privilegiando a condição passiva dos cativos, o leitor mais atento percebe a ação e a condição dos cativos de autogovernar-se e tomar as decisões que poderão modificar suas vidas. No exemplo a escrava Carlota, apaixonada por Proethegio, decidiu adotar como estratégia a fuga com seu companheiro e arriscar um futuro mais próspero em sua trajetória.

Por fim, ao centrar nossa pesquisa nos periódicos locais nossa intenção foi a de compor um panorama da transição da mão de obra na ótica de proprietários que buscavam diferentes soluções para a crise da mudança do trabalho escravo para o livre. Com isso, procuramos fugir dos registros oficiais e de uma bibliografia de cunho tradicional. Problematicando uma peça discursiva, isto é, *O Jornal do Pilar*, que nos permitiu uma leitura alternativa, diversa da visão reproduzida habitualmente. Nos periódicos analisados desvendamos o discurso da elite e percebemos como diferentes narrativas eram construídas para atender e dar sentido aos seus próprios interesses, visando sempre realizar a transição da mão de obra com o menor abalo econômico e social possível. Ao mesmo tempo, percebemos as maneiras como os cativos impunham sua autonomia nas relações cotidianas por meio de crimes e fugas ou estabelecendo um espaço de negociação com seus proprietários.

---

<sup>48</sup> *O Liberal*, Maceió, 3 fev. 1886, p. 4.

## Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, M. F. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ANDRADE, M. F. Rebelião escrava e política na década de 1830: o impacto da Revolta de Carrancas. *Anais do [...] VI Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Florianópolis, 2013.

ANDRADE, M. F. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da "lei nefanda" (10 de junho de 1835). *Tempo*, v. 23, n. 2, p. 264-289, 2017.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CASTILHO, F. F. A. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG).

CASTILHO, F. F. A. Escravidão e violência: Crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do XIX em uma perspectiva da prática do jaguncismo. *OPIS*, Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), n. 18 v. 2, p. 241-253, 2018.

CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FIGUEIRA JUNIOR, Oseas Batista. Crime e castigo: Pena de morte e manutenção da ordem no Império brasileiro (1830-1876). *História e Diversidade*, Cáceres (MT), v. 9, n. 1, p. 188-202, 2018.

FLORENTINO, M.; MACHADO, C. *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FREIRE, G. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional, 1979.

GORENDER, J. A escravidão reabilitada. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (MG), v. 3, n. 1, p. 245-266, 1992.

GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – Minas Gerais, 1828-1928)*. São Paulo; Juiz de Fora: Annablume; FUNALFA, 2006.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. O quebra-quilo. A revolta dos matutos contra os doutores (1874). *Revista de História*, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 69-145, 1976.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAGE, A. C. P. *A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

LARA, Sílvia H. *Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico*. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (MG), v. 3, n. 1, p. 215-244, 1992.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Última Execução Judicial no Brasil*. Maceió: EDUFAL, 1979.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. USP, 1994.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: Trabalho, lar e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidade de Senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (orgs.). *Tornando-se livre: agentes e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Ed. USP, 2015.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, J. M. *Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

NUNES, G. V. A. L. *A interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas: o campus Murici*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas) - Centro Universitário Tiradentes, Maceió.

PALHA, Cássia L. *Mídia e participação política: a pedagogia da desmobilização popular*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

PINAUD, João Luiz *et al.* *Insurreição negra e Justiça*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; OAB-RJ, 1987.

PIROLA, Ricardo. *A Lei de Lynch no ocaso da escravidão: linchamentos, justiça e polícia (1878-1888)*. In: OSÓRIO, H.; XAVIER, R. C. L. *Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018.

QUEIROZ, Jonas Marçal. *Escravidão, crime e poder: a "rebelião negra" e o processo político da abolição*. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa (PR), v. 13, n. 2, p. 7-45, 2009.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAVARES, Cleidson Sorrentino. O último enforcamento no Brasil. *WebArtigos*. (Site). 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-ultimo-enforcamento-no-brasil/30421>. Acesso em: 17 ago. 2018.

TEIXEIRA, Luana. "Atrevidos e belicosos": escravos de engenho no comércio interprovincial na década de 1870. *Revista Brasileira de História*, v. 38, n. 79, 2018.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. *Sæculum-Revista de História*, João Pessoa, n. 34, p. 123-142, 2016.

WESTIN, Ricardo. Império usou a força para conter escravos assassinos. *Senado Notícias*, Brasília, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/imperiousou-a-forca-para-conter-escravos-assassinos>. Acesso em: 24 ago. 2018.